

A QUESTÃO DE ITAIPU SOB O PRISMA GEOECONÔMICO

Thiago Esteves Nogueira¹
Luiz Gustavo Meira Barros²

Resumo: Este artigo aborda as dinâmicas geoeconômicas, sob a perspectiva luttwakiana, nas relações entre Brasil e Paraguai, com foco no Tratado de Itaipu (Tdl) como elemento central. A geoeconomia é adotada como ferramenta analítica para examinar como o Brasil utilizou estratégias geoeconômicas na busca de hegemonia, desencadeando uma "guerra por outros meios", por assim dizer, contra um "adversário" considerado menos capaz. Estabelecido em 1973 durante o regime de Alfredo Stroessner, o Tdl torna-se um palco crucial dessa interação, transformando a construção da represa de Itaipu em um ponto de convergência entre poder político e interesses econômicos. O Brasil, como figura-chave nesse cenário, desempenha um papel de ator geoeconômico relativamente dominante no subcontinente sul-americano, moldando as negociações bilaterais de acordo com seus interesses.

Palavras-chave: Geoeconomia. Paraguai. Itaipu.

THE ITAIPU ISSUE FROM A GEOECONOMIC PERSPECTIVE

Abstract: This article explores geoeconomic dynamics, from a Luttwakian perspective, in the relations between Brazil and Paraguay, focusing on the Itaipu Treaty (Tdl, acronym in Portuguese) as a central element. Geoeconomics is adopted as an analytical tool to examine how Brazil employed geoeconomic strategies in the pursuit of hegemony, unleashing a 'war by other means' against an adversary considered less capable. Established in 1973 during the Alfredo Stroessner regime, the Tdl became a crucial scene for this interaction, transforming the construction of the Itaipu dam into a point of convergence between political power and economic interests. Brazil, as a key player in this scenario, assumes the role of a relatively dominant geoeconomic actor in the South American subcontinent, shaping bilateral negotiations according to its interests.

Keywords: Geoeconomics. Paraguay. Itaipu.

EL TEMA DE ITAIPÚ DESDE UNA PERSPECTIVA GEOECONÓMICA

Resumen: Este artículo aborda la dinámica geoeconómica, desde una perspectiva luttwakiana, en las relaciones entre Brasil y Paraguay, centrándose en el Tratado de Itaipú (Tdl, acrónimo en portugués) como elemento central. Se adopta la geoeconomía como herramienta analítica para examinar cómo Brasil utilizó estrategias geoeconómicas en la búsqueda de hegemonía, desencadenando una

¹ Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, Brasil, thiago_e@ymail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6436-3482>

² Universidade Federal do Norte do Tocantins, Colegiado de Geografia, Araguaína, Brasil, luizgmb86@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0003-9427-7421>

"guerra por otros medios" contra un "adversario" considerado menos capaz. Establecido en 1973 durante el régimen de Alfredo Stroessner, el Tdl se convirtió en un escenario crucial para esta interacción, transformando la construcción de la represa de Itaipú en un punto de convergencia entre el poder político y los intereses económicos. Brasil, como figura clave en este escenario, juega el papel de actor geoeconómico relativamente dominante en el subcontinente sudamericano, dando forma a las negociaciones bilaterales de acuerdo con sus intereses.

Palabras clave: Geoeconomía. Paraguay. Itaipú.

Introdução

Edward Nicolae Luttwak destacou-se por suas contribuições nos campos históricos, militares e internacionalistas, sendo uma fonte vasta de conhecimento encapsulado em uma mente envolta em poder e caos. Em poucas linhas, ele é capaz de relacionar temas tão diversos quanto à "independência da Argélia, [a] *dhimmitude*, o caso de Israel e a pedagogia judaica iraquiana" (Patrikarakos, 2022, s/p, tradução nossa). A habilidade analítica de Luttwak abrange aspectos de diferentes recortes espaciais e históricos, destacando-se como "um generalista numa época em que é visto como impróprio expor coisas além do estreito campo de especialização de alguém" (Patrikarakos, 2022, s/p, tradução nossa). De suas diversas contribuições, focalizaremos sua provável *magnus opus*: a geoeconomia.

As reflexões geoeconômicas originaram-se em 1990, e foram inicialmente compreendidas como a aplicação de métodos geopolíticos nas relações econômicas e comerciais entre Estados. A geoeconomia sugere uma transição do poder militar para o poder econômico, em que os conflitos se manifestam ou se intensificam também na arena comercial. Nesse contexto, são destacadas a utilização de "capital disponível em vez de poder de fogo, inovação civil em vez de avanço técnico-militar e penetração no mercado em vez de guarnições e bases" (Luttwak, 1990, p. 17, tradução nossa). Luttwak sugere que as ferramentas geoeconômicas compreendem elementos do sistema político e econômico vigente, como empresas, créditos financeiros, textos legislativos, entre outros, para o uso estratégico do poder econômico pelos Estados conforme seus próprios interesses (Vihma, 2017a).

É uma tendência global que os países adotem ações geoeconômicas. No caso do Brasil, por exemplo, observa-se sua atuação geoeconômica no subcontinente sul-americano, onde o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) desempenha um papel significativo. Wigell destaca que o BNDES fortalece empresas nacionais, gerando as chamadas "campeãs nacionais", proporcionando

vantagens no ingresso aos mercados internacionais, especialmente nos países transfronteiriços.

Este artigo analisa uma situação sob a perspectiva geoeconômica: a relação entre o Brasil e o Paraguai na Usina Hidrelétrica de Itaipu. Apesar de terem enfrentado conflitos armados no passado, ambos compartilham essa infraestrutura crucial para suas economias. Surge a questão: esse compartilhamento é harmonioso? Inicialmente, percebemos queixas paraguaias com certo grau de plausibilidade, apontando para uma relação desequilibrada, com o Brasil obtendo vantagens em detrimento dos interesses paraguaios.

A estrutura deste artigo consiste em uma introdução às dinâmicas geoeconômicas, seguida da exploração de como diversas disciplinas das ciências humanas abordam a geoeconomia, adaptando-se mais ou menos aos preceitos originais. Além disso, apresentaremos o método de nossa leitura, que guiará o debate proposto. Posteriormente, abordaremos o papel do Brasil no contexto sul-americano, com ênfase na relação com o Paraguai e como essa colaboração é documentada. Avançaremos para a questão de Itaipu, destacando como alguns autores observam desproporcionalidades nas relações entre os dois países. Finalmente, concluiremos com nossas considerações finais.

As diversas abordagens da geoeconomia e o método

As investigações que exploram o prisma geoeconômico têm constantemente refinado o conceito de Luttwak, gerando correntes de leitura distintas (Mattlin; Wigell, 2015; Wigell, 2015; Vihma, 2017a). Algumas dessas abordagens são mais heterodoxas (cf. Sparke, 2007; Cowen; Smith, 2009; e, em certa medida, Wigell, 2015), enquanto outras se mostram mais ortodoxas (cf. Youngs, 2011; Mattlin; Wigell, 2015; Vihma, 2017a). Neste contexto, optaremos pela ortodoxia do pensamento geoeconômico, embasados em um alerta: "certamente algo se ganha, mas também se perde, no desenvolvimento do conceito de geoeconomia [...]. O risco é que o conceito se torne excessivamente extenso e perca o seu poder analítico [...]" (Vihma, 2017b, p. 4, tradução nossa). Jaeger & Brites, por exemplo, estabelecem paralelos entre a geopolítica e o materialismo marxista para inserir a geoeconomia na discussão: "assim, talvez de forma incomum, a geoeconomia apresenta convergências com o método do materialismo histórico, em vista da determinação dos

elementos econômicos como meio e objetivo da busca pelo poder" (Jaeger; Brites, 2020, p. 32, tradução nossa).

Retornando à ortodoxia geoeconômica, a interpretação proposta por Youngs é uma das que mais refinaram o conceito de Luttwak. O autor prossegue:

[A] geoeconomia denota ao uso da diplomacia para fins econômicos; um foco no ganho econômico e poder relativo; uma preocupação em obter o controle sobre recursos; o enredamento dos setores estatais e empresariais; e a primazia econômica sobre outras formas de segurança (Youngs, 2011, p. 14, tradução nossa).

Partindo para a questão do método, Luttwak estabelece uma associação com os princípios empregados nas estratégias militares. Dentre esses princípios, destacam-se:

O primeiro [princípio] é a ideia de soma zero. Assim como ocorre em um conflito, o ganho de territórios e recursos de uma parte é proporcional à perda de territórios e recursos do adversário, fazendo de um conflito um jogo de soma zero em que benefícios obtidos por um são as perdas sofridas pelo outro. O segundo princípio possui relação com o ato de "moldar e administrar o ambiente estratégico em que os Estados operam para a busca de seus interesses nacionais por meios econômicos" (Vihma, 2018, p.4, tradução nossa). O terceiro princípio aborda a lógica paradoxal de um conflito, que se opõe a lógica linear existente na arena do comércio internacional. Temos que certas ações, por mais que sejam contraditórias, podem ser eficazes e até mesmo desejáveis em determinados cenários (Nogueira, 2023, p. 316).

Nesse "jogo de 'soma zero'", também conhecido como "jogo de 'perde-ganha'", há um contraste com o modelo de comércio do liberalismo clássico, também chamado de jogo de "ganha-ganha", no qual os envolvidos beneficiam-se simultaneamente por meio de ações econômicas. Nesse contexto, uma leitura aceita em nosso debate sugere que o jogo de "soma zero" seja uma ferramenta que permite aos países atingir seus objetivos sem a obrigação de gerar ações recíprocas (Wigell; Vihma, 2016).

Podemos observar as relações comerciais entre a Rússia e o restante da Europa exemplificando essa dinâmica. Dizdarevic (2012, *apud* Wigell; Vihma, 2016) constatou que o preço do gás russo exportado não seguia a lógica de mercado, mas sim os desejos do Kremlin em recompensar governos aliados, agradar potências europeias ou punir desafetos políticos. Em 2012, por exemplo, mil metros cúbicos de gás russo para a Polônia custaram cerca de US\$ 525, enquanto o mesmo volume para a Alemanha custou US\$ 397, mesmo considerando que Varsóvia está a cerca

de 1.200 km de distância de Moscou, e Berlim, aproximadamente 1.600 km. No comércio de recursos energéticos, a Rússia tem utilizado sua influência na região para recompensar ou punir amigos e inimigos (Newham, 2011).

Outro exemplo apresentado por Degans é o caso da *Perrier*, uma empresa francesa centenária do ramo de águas engarrafadas, que, em 1990, foi acusada por um braço do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA de possuir lotes de bebidas com traços de benzeno, substância que, em determinadas concentrações, representa riscos para a saúde do consumidor. A revista *Forbes* fornece mais detalhes sobre o ocorrido:

Em meados da década de 1990, durante algumas verificações de rotina de qualidade, autoridades de saúde da Carolina do Norte examinaram algumas garrafas de *Perrier* e descobriram níveis elevados de benzeno [...]. O benzeno é usado em vernizes, confere seu aroma característico à gasolina e [...] aumenta o risco de câncer. Dito isso, vestígios de benzeno estão presentes em muitos líquidos, incluindo a água natural. A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos afirma que os níveis de benzeno na água potável não devem exceder [em] 5 partes por bilhão, para que 'não ocorram efeitos adversos à saúde... com uma margem de segurança adequada'. [...] A má notícia foi que os níveis de *Perrier* realmente estavam aproximadamente 3 vezes acima das diretrizes da [agência]. A boa notícia? Esses padrões se referiam à exposição à água potável ao longo da vida – algo como mais de um litro [consumidos] todos os dias por 50 anos [pelo mesmo indivíduo]. [...] A *Perrier* não expôs ninguém a qualquer risco à saúde. Ninguém. A única exposição prejudicial, descobriu-se, foi para a empresa – devido à previsível histeria da mídia sensacionalista. Jornais por toda América noticiaram corretamente o número-chave: os níveis de benzeno eram 3 vezes maiores do que deveriam ser. Três. O que esse número denotava seria, como sempre, determinado pelas palavras que as pessoas colocavam ao seu redor (cf. Schwarz, 2019, s/p, tradução nossa).

As medidas adotadas incluíram uma série de ações, desde o *recall* global do produto (aproximadamente 160 milhões de garrafas apenas nos EUA) até significativos investimentos em marketing para reverter os danos à imagem da empresa. Os gastos relacionados a essas iniciativas foram de centenas de milhões de dólares. Devido à crise de imagem e aos recursos financeiros investidos para resolver o problema, a *Perrier* enfraqueceu-se, e os volumes de negócios só retornaram ao patamar de 1989 em 2013. Fragilizada, a *Perrier* foi adquirida pela *Nestlé* em 1991, tornando o conglomerado suíço uma das maiores marcas de água engarrafada do mundo (Cf. Le Monde, 2001; Grasland, 2016).

Acadêmicos e jornalistas francófonos suspeitam que a crise foi gerada por interferência de outras empresas concorrentes da *Perrier*, que forneceram aparelhos de medição mais sensíveis para detectar a presença de benzeno em amostras de água testadas da *Perrier* (cf. Dasquié, 1999; Degans, 2018). Aqui, o jogo de "perde-

ganha" torna-se evidente: com o enfraquecimento da empresa francesa, outros empreendimentos de bebidas conquistaram espaço no mercado. Conforme observado pelo antigo diretor de relações externas de uma grande marca de refrigerantes americana, "ao escolher uma *Perrier*, você não está comprando uma *Coca-Cola*" (cf. Dasquié, 1999, p. 150, tradução nossa).

É importante destacar a lógica paradoxal da geoeconomia. Mesmo nos casos mencionados, a geoeconomia do gás russo revela-se paradoxal quando comparada à forma racional como o mercado deveria funcionar: o produto não possui um preço final coerente, assim como o alvoroço criado em 1990 por conta de um produto que estava dentro das conformidades para os padrões da época não parece sensato.

O Brasil no contexto sul-americano

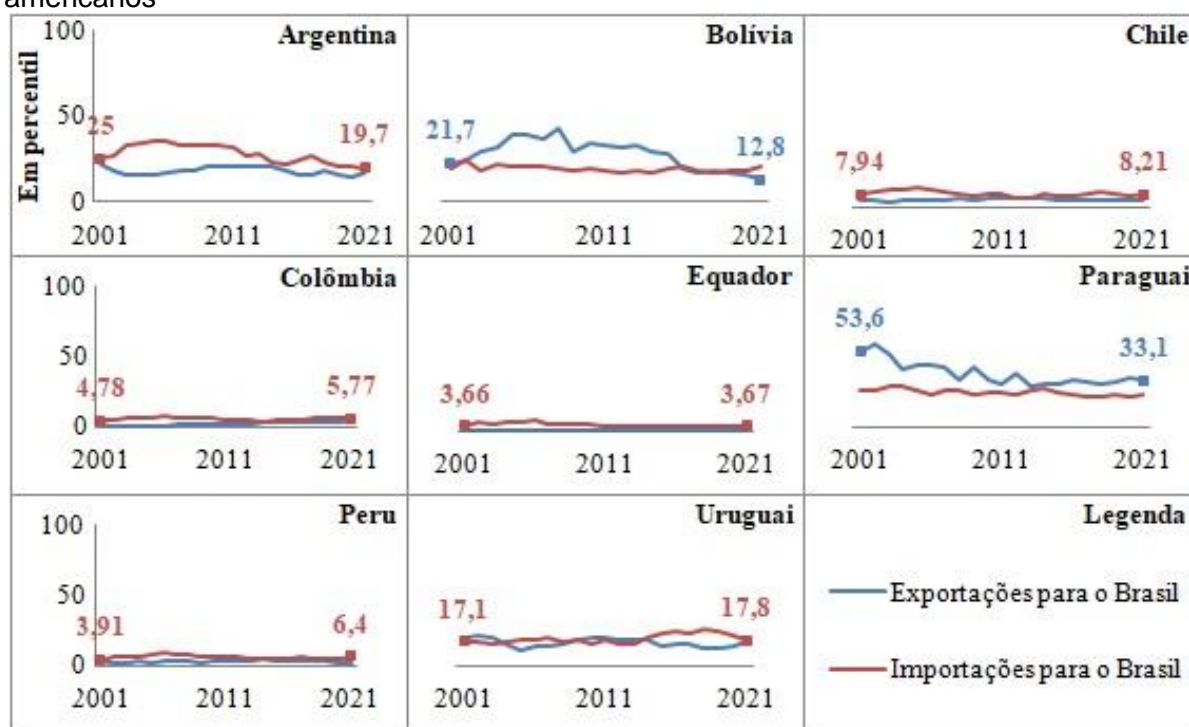
A disputa pela influência no subcontinente sul-americano é notável desde o final do século XIX, com o Brasil e a Argentina emergindo como protagonistas principais. A relação entre esses dois países, marcada por rivalidades ao longo da história, chegou a colocá-los em lados opostos em eventos como a Guerra do Chaco e a Segunda Guerra Mundial, onde a Argentina inclinou-se pró-Eixo, enquanto o Brasil aliou-se aos EUA (Child, 1981). As corridas armamentistas e desconfianças mútuas também caracterizaram essa relação, com ambos observando atentamente as ações um do outro (cf. Candeas, 2005; Heinsfeld, 2019).

Ao longo do século XX, a Argentina não conseguiu acompanhar o desenvolvimento econômico brasileiro, consolidando o Brasil como o principal ator no subcontinente. A influência brasileira na região tem sido objeto de estudo de diversos autores. Marini (2011[1977]), por exemplo, destaca fatores políticos e econômicos que contribuíram para o aumento da influência brasileira, caracterizando o país como subimperialista. Costa (2017) argumenta que a América do Sul sempre foi palco da expansão do poder brasileiro, enquanto Bernal-Meza (2002) destaca o protagonismo do Brasil nas décadas de 1990 e 2000 devido ao seu vasto mercado interno. Wigell (2015) classifica o Brasil como uma potência regional ao lado de outras, como Alemanha, China, Índia, Japão, Rússia e África do Sul, cada uma exercendo poder em suas respectivas regiões.

Existe uma perspectiva contrária em relação à influência brasileira na América do Sul. Scholvin & Malamud (2020) debatem e questionam os rótulos atribuídos ao Brasil, seja como potência regional, "país âncora" ou "área líder" – termos

explorados pelos próprios autores. Eles discutem se o Brasil é fundamental para as perspectivas econômicas do restante do subcontinente, considerando exagerada a ideia de que o país exerce uma grande influência na América do Sul: há "poucas evidências de que a retórica sobre a cooperação e integração regional seja correspondida por um impacto econômico concreto" (Scholvin; Malamud, 2020, p.2, tradução nossa). Os autores fundamentam essa conclusão em algumas características e deficiências presentes na região, como a baixa densidade rodoviária – 19 km de estradas para cada 100 km² de terra no Brasil, 7 km na Bolívia, 8 km no Paraguai e 10 km no Peru. Em comparação, nos EUA, esse número é de 67 km, enquanto nas maiores economias da Europa chega a 180 km. Outros fatores incluem a distância dos principais portos brasileiros em relação aos do restante do subcontinente (o porto de Santos está mais próximo do porto de Miami do que do porto de Callao, no Peru; o de Guayaquil está mais próximo de Le Havre, na França, do que de Santos, no Brasil), a distância entre as principais aglomerações urbanas, a variação de bitolas de trens nas ferrovias – dificultando uma conexão subcontinental, entre outros (Scholvin; Malamud, 2020). Apesar disso, os próprios autores reconhecem que há algum grau de influência, embora esteja aquém das expectativas para o que se espera do Brasil. Com cautela, é possível assumir que o Brasil exerça maior influência em alguns países do que em outros, e acreditamos que a sequência de Gráficos possa servir como um indicativo para determinar quais são esses países.

Gráficos- Presença do Brasil, em percentil, nas trocas comerciais dos principais países sul-americanos³



Fonte: The Observatory of Economic Complexity,⁴ organização nossa.

Inicialmente, o Brasil se destaca no comércio sulamericano, frequentemente ocupando a posição principal nas importações e exportações da região. Nas relações comerciais com a Argentina, por exemplo, o Brasil foi consistentemente o principal destino das exportações argentinas ao longo do século XXI, e a principal origem das importações em quase todos os anos. Em 2021, a Argentina escolheu a China como principal destino, mas o Brasil ainda representou 19,7% das exportações argentinas contra 20,9% da China (cf. OEC). Esses dados corroboram a observação de Scholvin & Malamud, indicando que a influência brasileira, pelo menos no comércio internacional, é mais significativa para alguns países do que para outros. O Equador, por exemplo, não mantém intensas trocas comerciais com o Brasil, sendo que em 2017 o país realizou mais comércio com o Vietnã do que com o Brasil. A situação é semelhante na Colômbia, onde o Brasil não figura consistentemente entre os três maiores exportadores ou importadores (cf. OEC).

Mesmo entre os membros do Mercosul, a influência comercial do Brasil compete com a China e os EUA. De 2015 a 2018, a China foi o principal destino das exportações uruguaias (entre 18,9% a 28,8%), enquanto o Brasil ficou em segundo

³ Para fins de organização e visualização, excluímos a Venezuela.

⁴ Doravante, "OEC".

lugar (entre 14% a 16,5%). Embora as importações uruguaias tenham favorecido o Brasil na maior parte da década de 2010, em 2021 a China superou o Brasil como principal parceiro comercial (19,8% contra 17,8%) (cf. OEC).

O Paraguai, entretanto, destaca-se como uma exceção. Ainda que a participação do Brasil nas exportações paraguaias tenha diminuído ao longo do tempo, permanece como o principal destino, superando significativamente outros países como Argentina e Chile (cf. OEC). No caso das importações paraguaias, Brasil, China e EUA são os destinos consolidados desde o final da década de 2000, evidenciando a estabilidade dessas relações. Dentre os países apresentados na sequência de Gráficos, o Brasil não mantém um comércio bilateral tão pronunciado quanto com o Paraguai. Mesmo com a Argentina, embora seja o principal destino das exportações portenhas em todos os anos da série, o Brasil nunca alcançou uma participação superior a 22%.

É imperativo destacar que examinar apenas as relações comerciais entre o Brasil e os demais países sul-americanos não é suficiente para definir o papel do país na região ou a intensidade de sua influência. Outros indicadores devem ser considerados para determinar a magnitude desse fenômeno. Além das relações comerciais entre Brasil e Paraguai, dois fatores adicionais podem ser elencados: o fenômeno dos *brasiguaios* e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sobre o primeiro, estima-se que entre 400 a 500 mil brasileiros residam ao longo da fronteira oriental do Paraguai, representando cerca de 60% da população da região ou 10% da população total do país (cf. Blank, 2017). Essa presença expressiva pode indicar que a influência brasileira, incluindo as relações comerciais, seja mais acentuada no Paraguai do que em qualquer outro país sul-americano.

O Brasil e a geoeconomia na América do Sul

É possível identificar várias situações geoeconômicas nas quais o Brasil está envolvido. Um exemplo recente envolveu o ex-presidente da Argentina, Alberto Á. Fernández, que realizou seis encontros com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o ano de 2023. Nessas reuniões, Fernández buscava socorro econômico para a Argentina, especificamente maneiras de reduzir as perdas de dólares para o Brasil nas transações comerciais, visto que a Argentina enfrenta sérias dificuldades em manter reservas cambiais. Lula, preocupado com a situação argentina, instruiu sua equipe econômica a elaborar uma proposta de ajuda (cf. Niebieskikwiat, 2023a;

2023b). Um dos motivos para esse pedido de ajuda está relacionado à eleição presidencial na Argentina, na qual um forte candidato opositorista, Javier G. Milei, enfrentaria o candidato escolhido por Fernández, o ex-ministro Sérgio T. Massa.

Meses após os pedidos de socorro econômico, os respectivos ministros da economia dos dois países anunciaram um acordo de US\$ 600 milhões para financiar as exportações brasileiras dos setores automotivo e alimentício para a Argentina, com o aval do Banco do Brasil, do BNDES e do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (cf. Borges; Ayres, 2023). Embora esse valor represente apenas cerca de 5% das exportações argentinas em 2021 (cf. OEC), para um país que, em julho de 2023, apresentava déficit de US\$ 5 bilhões em suas reservas líquidas (cf. Centenera, 2023), essa injeção financeira é um pequeno alívio para a economia da Argentina.

A ação brasileira pode ser caracterizada como "geoeconômica", considerando alguns pressupostos identificados. Primeiramente, existe o risco de a Argentina não conseguir importar os mesmos volumes de produtos brasileiros sem essa injeção de crédito, o que prejudicaria setores da produção industrial brasileira, que poderia perder seu principal cliente na América do Sul. Do ponto de vista político, não era do interesse do governo Lula ter um opositor como Milei na presidência do principal parceiro comercial brasileiro, pois o político já ameaçou romper as relações comerciais com o Brasil (cf. Rosemberg, 2023). Em vez disso, seria mais benéfico ter um líder argentino aberto ao diálogo, como Massa. O partido de Lula, inclusive, enviou marqueteiros para a equipe de campanha de Massa (cf. Wiñazki, 2023) para aplicar as estratégias aprendidas durante as eleições brasileiras de 2022. Em um segundo momento, observa-se que o paradoxo surge quando o Brasil participa na concessão desse financiamento: esse montante terá um custo para as instituições bancárias brasileiras, além do risco de a Argentina não honrar esse compromisso financeiro com o Brasil. Finalmente, o jogo de perde-ganha aparece no risco de a Argentina não continuar adquirindo os mesmos produtos brasileiros sem esse financiamento, perigando de o país vizinho recorrer ao mercado chinês — que já ganha território na Argentina, já que, em 2021, a China ultrapassou o Brasil como o maior destino das importações argentinas (cf. OEC).

Ao realizarmos um pequeno paralelo com os conflitos clássicos, o Brasil buscou dois objetivos: inicialmente, formou uma "aliança militar" com a Argentina para assegurar a estabilidade na região. Simultaneamente, procurou, de maneira

indireta, fortalecer os líderes do país aliado, reconhecendo a imprevisibilidade que uma mudança de comando pode ocasionar. Contudo, esse segundo objetivo não foi alcançado, já que Milei emergiu vitorioso nas eleições argentinas.

Outra ação geoeconômica praticada pelo Brasil refere-se a algumas políticas do BNDES que foram amplamente executadas entre a segunda metade da década de 2000 até a primeira metade da década de 2010. Estamos falando do conjunto de ações que visou fortalecer um seleto grupo de empresas nacionais para que pudessem atuar no exterior, destacando-se as principais empreiteiras brasileiras, como: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e, Camargo Correa e OAS. Basicamente, "os desembolsos do banco lhes proporcionaram ótimas condições para competirem fora do Brasil, em especial [...] na América Latina como um todo, e em países da África" (Oliveira, 2016, p. 9). Essa prática do BNDES foi alvo de críticas, incluindo os vultosos repasses do Tesouro Nacional para o banco (R\$ 450 bilhões entre 2008 e 2014), o endividamento público para manter a estratégia do banco (cf. Dieguez, 2015), e o foco equivocado da instituição bancária. Em vez de complementar o setor financeiro e corrigir distorções de mercado, apoiando assim pequenas e médias empresas que não teriam acesso a crédito no setor privado, o banco acabou por favorecer empresas que, em tese, poderiam recorrer a outras fontes (cf. Garcia, 2011), entre outras críticas.

O fato é que esse seleto grupo de empresas que recebeu auxílios públicos expandiu sua presença por diversos países do cone sul e nações africanas. Essa estratégia pode ser interpretada como o emprego de "poder econômico como meio de manter a liderança regional, sem recorrer habitualmente à coerção" (Wigell, 2015, p. 144, tradução nossa), construindo assim uma hegemonia regional. Adiantando o que será abordado nas seções subsequentes, Itaipu, um empreendimento com episódios em que a geoeconomia desempenhou um importante papel, torna-se um indicativo da hegemonia brasileira no Paraguai.

Da geopolítica à geoeconomia: as relações entre o Brasil e o Paraguai

A evolução das relações entre o Brasil e o Paraguai revela aspectos surpreendentes ao longo do tempo. Durante grande parte da década de 1860, ambos foram protagonistas do maior conflito da América do Sul: a Guerra do Paraguai, conhecida como Guerra da Tríplice Aliança pelos paraguaios, resultando na derrota desse país. Esse conflito deixou cicatrizes profundas na sociedade

paraguaia, com números imprecisos de mortos,⁵ mas estimativas seguras indicam que centenas de milhares de soldados perderam a vida. É crucial lembrar que as vítimas não eram apenas soldados, mas também cidadãos que poderiam contribuir para a economia paraguaia como mão de obra em diversas áreas, como mecânicos, sapateiros, professores, arquitetos, etc. Além disso, o conflito causou grandes migrações, com registros de paraguaios fugindo da miséria decorrente da guerra para a Argentina e, em menor escala, para o estado do Mato Grosso (Doratioto, 2002), impactando ainda mais o desenvolvimento paraguaio.

No contexto do nosso estudo, na década de 1960, outros desentendimentos sobre territórios quase resultaram em um novo confronto entre os dois países. Em outubro de 1965, um incidente importante ocorreu, envolvendo a detenção e posterior expulsão de uma equipe de funcionários do governo paraguaio por soldados brasileiros em Porto Coronel Renato (para os brasileiros) ou Puerto Yporá (para os paraguaios). Esse território era estrategicamente relevante para as pretensões brasileiras, sendo adjacente às Cataratas do Guaíra, uma feição hidromorfológica com grande potencial para projetos hidroelétricos. O parque industrial brasileiro se expandia em velocidade acelerada (Herkel, 1975) e a energia elétrica era peça fundamental para a continuidade do sonho industrializante.

A diplomacia brasileira interveio e obteve sucesso na resolução do conflito. Em 1966, foi assinada a Ata de Iguaçu, e podemos dizer que ela encerrou a disputa territorial de maneira favorável ao Brasil. O documento também estabeleceu que o potencial hidrelétrico dos desníveis do Rio Paraná seria explorado de maneira conjunta pelo Brasil e pelo Paraguai. A produção de energia seria dividida igualmente entre os dois países, e ambos teriam exclusividade para adquirir a parte não utilizada pelo outro. A diplomacia brasileira triunfou mais uma vez, jogando panos quentes em um conflito territorial com um país que o Brasil já havia atritado anteriormente e negociando um acordo muito vantajoso para suas pretensões. De certo modo, a abordagem adotada parece corroborar com a sugestão que constava em um relatório sigiloso do Itamaraty de 1967: que houvesse a total inundação da zona disputada (cf. Blank, 2017). Juntando a isso a divisão igualitária da energia

⁵ Para Whigham & Potthast (1999), a guerra resultou na morte de algo em torno de 60% a 69% da população paraguaia, incluindo 90% da população adulta. Muitos autores, incluindo Lambert, exploram essa conclusão. Contudo, esse argumento é contestado por Doratioto (2002), que sugere um exagero significativo devido ao método de contabilização do total de vítimas.

produzida, resultou em uma solução parcial equitativa e na "ascensão do Brasil como a maior potência do Cone Sul" (Blank, 2017, p. 408, tradução nossa).

Posteriormente, em 1973, surgiu o Tratado de Itaipu (doravante, Tdl), formalizando a construção da hidrelétrica. O Tdl, composto por 25 artigos, 3 anexos e algumas notas reversais, delineou compromissos e obrigações relacionados à construção, administração e aspectos financeiros da hidrelétrica. Algumas análises reforçam que o Paraguai foi prejudicado, não pela solução adotada, mas sim pelos itens presentes no Tdl e pela forma como o documento foi operacionalizado. Autores como Herkel (1975) apontam que Stroessner cedeu diante da pressão brasileira, especialmente das demandas da elite industrial do Brasil. Nickson (1982) destaca a preocupação da sociedade paraguaia durante as décadas de 1970-80, não apenas em relação à Itaipu, mas também à ocupação da fronteira leste paraguaia por brasileiros. Lambert (2016) argumenta que o Tdl é flagrantemente desproporcional, enquanto Julio José Chiavenato considera que o "[Tdl] só poderia ter sido assinado por um ditador corrupto" (cf. ABC Color, 2008a, s/p, tradução nossa). Martin Almada vai além, afirmando que "Itaipu foi a traição mais grave que Stroessner cometeu, e seus ministros e todos os que assinaram esse tratado devem ser declarados traidores da pátria" (cf. ABC Color, 2008b, s/p, tradução nossa), e a lista segue.

Segundo as percepções dos críticos, o Tdl foi instrumentalizado de maneiras que beneficiariam o Brasil em detrimento do Paraguai. Embora "a usina seja de propriedade conjunta de uma entidade binacional, na prática ela foi controlada pelo Brasil, com cargos-chave permanecendo nas mãos brasileiras" (Lambert, 2016, p.40, tradução nossa). Nickson detalha melhor a situação:

A Diretoria Executiva, composta por seis cargos de Diretor Executivo e seis cargos de Vice-Diretor Executivo, seria ocupada por seis paraguaios e seis brasileiros. Um diretor executivo paraguaio seria sempre acompanhado por um vice-diretor brasileiro e vice-versa. A Diretoria Executiva seria responsável diante um Conselho de Administração composto por seis diretores paraguaios e seis brasileiros, além do Diretor-Gerente e seu vice, que não teriam direito a voto. Em caso de empate na votação da Diretoria Executiva, o Diretor Gerente teria o voto de desempate. Críticos argumentaram que o controle sobre o projeto Itaipu estaria firmemente nas mãos brasileiras, devido à maioria efetiva na Diretoria Executiva. Também argumentaram que os brasileiros ocupariam os cargos mais importantes na Diretoria Executiva – Diretor-Gerente, Diretor Técnico e Diretor Financeiro – enquanto os paraguaios ocupariam os cargos menos importantes – Diretor Jurídico, Diretor Administrativo e Diretor de Coordenação (Nickson, 1982, p. 8, tradução nossa).

Outras críticas convergem para as questões contábeis, destacando as recusas por parte do Brasil em face dos pedidos de auditorias feitos pelos paraguaios (Lambert, 2016). A postura “condescendente”, por falta de um termo mais apropriado, do ex-ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rapul Sapena Pastor (1956 – 1976), em relação ao empreendimento também foi alvo de reprovação. O ex-chanceler, em 1973, declarou:

Itaipu não é um negócio, nem para o Brasil nem para o Paraguai. Não importa se obtemos milhões de dólares com isso. Nosso objetivo não é sua produção econômica, o objetivo é o desenvolvimento nacional, o desenvolvimento do Brasil, o desenvolvimento do Paraguai. Se isso traz um fluxo de dólares para o tesouro nacional, isso é uma consideração secundária, já que o que Itaipu vai gerar, antes de tudo, é o desenvolvimento (cf. Nickson, 1982, p.7, tradução nossa, *apud* Gamon, 1975, p. 690).

Embora Nickson não tenha se aprofundado na declaração de Pastor, o questionamento dela torna-se evidente: é problemático um chanceler ignorar os “milhões de dólares” que o país do qual o ex-ministro presta serviços pode adquirir com a exportação de energia elétrica, valores que, futuramente, poderiam ser utilizados para o desenvolvimento paraguaio. Isso se torna ainda mais relevante em períodos de instabilidades no mercado de petróleo, como ocorreu em parte da década de 1970. Além disso, a fala do ex-ministro parece não ter desagradado a Stroessner, o que pode indicar que o ex-ditador paraguaio não se opunha à lógica estabelecida em Itaipu, um ponto que exploraremos mais adiante.

A elaboração do Tdl foi conduzida de maneira a conceder substanciais descontos ao Brasil na aquisição da energia excedente paraguaia. Essa abordagem suscitou críticas significativas por parte dos paraguaios, focadas nas questões financeiras e nos termos delineados no Anexo C do Tdl. Devido às características da economia paraguaia, o país carecia dos recursos necessários para custear sua parte do acordo. Para ilustrar a dimensão do projeto, o Produto Interno Bruto (PIB) paraguaio, em 1973, era aproximadamente de US\$ 996 milhões (cf. The World Bank), representando apenas a metade do valor de Itaipu. Em consequência, o Brasil assumiu grande parte dos custos que, segundo o Tdl, seriam de responsabilidade paraguaia. Com a maior parte desses custos expressos em dólares, as flutuações da moeda americana contribuíram para encarecer o valor final de Itaipu. As décadas de 1970, com os efeitos dos “choques do petróleo”, e a de

1980, conhecida como a “década perdida”, não contribuíram para a estabilidade econômica sulamericana, desorganizando as contas públicas de boa parte do subcontinente, especialmente do Paraguai (Folch, 2019). Isso resultou no aumento da dívida paraguaia com o Brasil. As estimativas para a construção da barragem, em 1972, eram de aproximadamente US\$ 2 bilhões. Entretanto, em 1980, o custo do projeto mais do que quintuplicou, atingindo US\$ 10,2 bilhões. Em 1984 esse valor deu outro salto, chegando a cerca de US\$ 16 bilhões. Apenas para informação geral, em 2019, a dívida calculada, somando todas as taxas, juros e comissões, alcançou US\$ 60 bilhões (cf. Nickson, 1982; Folch, 2019).

O pagamento do Paraguai ao Brasil deu-se na única forma possível: através de grandes descontos na produção compartilhada. Assim, a energia de Itaipu tornou-se extremamente barata para o Brasil. Durante os 50 anos calculados para o Paraguai quitar sua dívida com o Brasil, a eletricidade excedente paraguaia foi vendida "a um preço fixado bem abaixo das taxas internacionais e sem ajuste de inflação" (Lambert, 2016, p. 40, tradução nossa). Destacamos aqui a falta de ajustes dos valores pela inflação, pois, ao longo das décadas, os preços praticados foram regidos pelo Anexo C, com quantias nominalmente pré-definidas. Os "seiscentos e cinquenta dólares" de royalties das "Altas Partes Contratantes" e a remuneração de "trezentos dólares" a uma das "Altas Partes Contratantes" permaneceram por muito tempo inalterados e foram corroídos pela inflação (cf. Brasil, 1973).

Dentro dessa perspectiva, o Paraguai viu-se enredado em uma arapuca: por um lado, somente os dois países detentores da hidrelétrica podiam utilizar a energia de Itaipu, sem possibilidade de negociar o excedente com terceiros. O Tdl utilizou o termo "cede" em vez de "vende", destacando a ausência de escolha e a obediência ao acordo (Toledo, 2015). Como o Brasil sempre consumiu sua parcela energética, nunca houve exportação do excedente brasileiro para o Paraguai, que, por sua vez, era incapaz de consumir a totalidade dos 50% que lhe era destinada. Em 2020, por exemplo, o Paraguai contratou apenas cerca de 12% da produção total de Itaipu, enquanto o Brasil ficou com os restantes 88% (cf. Llamosas, 2023).

Por outro lado, o Paraguai, mergulhado em dívidas com o Brasil e "enlaçado" pelo Tdl, não vislumbrava uma alternativa viável, tornando-se, assim, refém do acordo. Uma crítica que surgiu em relação a isso é que o tratado entre o Paraguai e a Argentina, referente à construção da Usina Hidrelétrica de Yacyreta, ao ser

divulgado, não evidenciou qualquer “obrigação do Paraguai de vender seu excedente de eletricidade à Argentina” (Nickson, 1982, p. 9, tradução nossa).

Os termos assinados só poderiam ser revistos após um período de 50 anos. Em essência, o contrato acertado pelas partes em 1973 só poderia ser rediscutido no milênio seguinte, no ano de 2023.

O papel de Stroessner

Stroessner assumiu o poder no Paraguai em 1954 por meio de um golpe, permanecendo à frente do país até 1989, o que totaliza 35 anos de ditadura mais longa no subcontinente sul-americano. As características personalistas de Stroessner são notáveis: o ex-ditador nomeou diversos equipamentos públicos, como estradas, escolas, prédios, portos e cidades, com o próprio nome, levando Lambert (2016) a descrever o regime como um sultanato moderno.

Durante parte do regime de Stroessner (doravante, stronato), o crescimento econômico do Paraguai foi impulsionado pela exportação de produtos agrícolas, especialmente soja e algodão, e pela contribuição significativa da construção de Itaipu (Lambert, 1997). No caso da hidrelétrica, esses ganhos resultaram de uma economia interna aquecida pela construção do empreendimento, transformando o Paraguai, de certa forma, em um grande canteiro de obras – uma interpretação que alguns podem considerar como um crescimento econômico dependente das condições externas em detrimento de uma produção autônoma (Arditi, 1992).

Até o início da década de 1980, parte da sociedade paraguaia não demonstrava oposição ao regime. O *boom* das *commodities* trouxe moedas estrangeiras para o país, e as obras de Itaipu impulsionaram a construção civil. Nesse período, entre 1973 e 1980, o Paraguai registrou um crescimento médio de 9% ao ano (cf. Nickson, 2010). Com a redução das taxas de desemprego e o aumento da qualidade de vida, Stroessner não enfrentava opositores na elite política e econômica paraguaia. Contudo, ainda na década de 1980, a situação de seu governo sofreu uma reviravolta. Os grupos militares aliados tornaram-se opositores, e os membros do Partido Colorado passaram a ser inimigos. Um ditador envolto em um manto de invulnerabilidade encontrou seu fim (Lambert, 1997).

Uma das perguntas que este artigo suscita é sobre o papel de Stroessner em relação ao Tdl – ou ainda, como o ex-ditador foi convencido a assinar o documento bilateral que colocava o Paraguai em um relacionamento desigual. Inicialmente, a

assinatura do tratado ocorreu de maneira sigilosa (Nickson, 1982; Lambert, 1996), sem que o tema fosse levado à análise pública. O stronato era um regime próximo ao oligarquismo, em que as decisões eram tomadas por pessoas próximas ao centro de poder. Mais especificamente, Stroessner concentrou o poder de decisões entre a elite estatal, a classe militar e uma parcela dos membros do Partido Colorado, do qual se filiou em 1951. As decisões políticas não fugiam dessa triangulação. Além de ser um regime com contornos oligárquicos, o stronato também era clientelista e, por que não dizer, corrupto. Sobre o clientelismo, esse modo de gestão:

[...] está sempre condicionado pela capacidade [...] em fornecer cargos, empregos, serviços, contratos ou favores aos clientes. Em outras palavras, um consenso baseado em clientelas depende dos recursos disponíveis para trocar lealdade por obediência. O crescimento econômico provocado pela construção da hidrelétrica de Itaipu forneceu esses recursos ao regime, permitindo institucionalizar o dispositivo clientelístico tradicional como nunca antes. Isso possibilitou promover um apoio passivo ou um consenso passivo cúmplice entre os beneficiários, sejam eles dos setores comercial e financeiro, tecnocratas civis e militares, ou camadas médias (Arditi, 1992, tradução nossa).

Sobre a corrupção:

Os militares não foram os únicos a se beneficiar da corrupção institucionalizada. As comissões (ou subornos) cobradas por políticos em contratos internacionais de construção foram muito altas, geralmente variando entre 10% e 20% do valor nominal. Os contratos mais significativos estavam associados à represa hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores obras de construção do mundo durante a década de 1970. Em 1973, membros da cúpula do regime estiveram envolvidos nas negociações do Tratado de Itaipu com os militares brasileiros, e há fortes suspeitas de que receberam grandes subornos em troca de concordar com termos claramente contrários aos interesses [paraguaios]. (Nickson, 2010, p. 283, tradução nossa).

Acrescentaremos dois pontos sobre a corrupção: primeiramente, outras vozes corroboram essa suspeita no caso paraguaio. Ananías Maidana Palacios, político paraguaio já falecido e que foi perseguido pelo stronato, afirma que o ex-ditador recebeu cerca de US\$ 150 milhões do lado brasileiro para assinar o Tdl (Cf. ABC Color, 2008c). Vale ressaltar alguns pontos: o primeiro é que a corrupção no stronato já se tornou um consenso, pelo menos entre os críticos do regime, mesmo que não exista uma sistematização do fenômeno (Nickson, 2010). Indo além, dentre os adjetivos que podem ser atribuídos a Stroessner, "corrupto" é, sem dúvida, o mais

brando.⁶ Podemos afirmar que essa prática é mencionada em inúmeros trabalhos e matérias da imprensa paraguaia; quase todas as análises convergem para o entendimento de que "a institucionalização da corrupção, juntamente com a lógica clientelista de troca de favores por obediência, contribuiu para gerar um consenso passivo cúmplice para sua administração" (Arditi, 1992, p. 10, tradução nossa). O segundo ponto refere-se à geoeconomia: a corrupção também faz parte do conjunto de práticas geoeconômicas. Enfim, além dessas práticas pouco republicanas institucionalizadas pelas duas ditaduras, o Brasil também forneceu aquilo que o stronato precisava: respaldo. A ditadura brasileira tornou-se um apoio para a ditadura paraguaia.

Stroessner sempre manteve laços pessoais bastante estreitos com o Brasil. Entre 1940 e 1941, Stroessner frequentou a Escola de Armas do Exército Brasileiro. Posteriormente, de 1944 a 1945, graduou-se na Escola Superior de Guerra. Em 1948, buscou refúgio na embaixada brasileira. Após o término de sua ditadura em 1989, exilou-se no Brasil, onde passou o restante de sua vida, falecendo em 2006 (cf. Asociación Nacional Republicana). No âmbito das relações políticas, após o distanciamento dos Estados Unidos da ditadura paraguaia, o Brasil emergiu como a principal força de apoio. Em contrapartida ao respaldo de um país que já exercia hegemonia no subcontinente sul-americano, "Stroessner, além de não se opor, facilitou a migração brasileira para a Região da Fronteira Oriental da mesma forma que aceitou os termos altamente controversos do Tratado de Itaipu" (Lambert, 2016, p. 37, tradução nossa).

O Tdl em tempos democráticos ou a diminuição do poder brasileiro?

Muitas cláusulas estipuladas no Tdl caminham para ser cumpridas em quase toda a sua plenitude, mas ocorreram algumas mudanças pró-Paraguai. Com a vitória do ex-presidente Fernando Armindo Lugo de Méndez, a pauta de revisão do Tratado voltou ao debate público. O cenário político paraguaio assumiu contornos de ineditismo:

Fernando Lugo (2008–2012) havia destituído o Partido Colorado, que governava há seis décadas, criticando os governos anteriores por serem muito submissos aos interesses brasileiros em Itaipu, em meio a uma reviravolta sem precedentes para a esquerda em toda a região. Seu governo havia se comprometido a "recuperar a soberania

⁶ Para um melhor aprofundamento, conferir Figueiredo (2019).

hidrelétrica do Paraguai" na represa binacional, um grito de guerra que cativou a imaginação dos eleitores cansados do *status quo*, exemplificando o papel proeminente dos recursos naturais na virada política para a esquerda na América Latina no início do século XXI (Folch, 2019, p. 3, tradução nossa).

Lugo cumpriu a promessa e as renegociações do Tdl foram abertas. Todavia, as rodadas de negociações não foram simples, e Lula e Lugo não conseguiram chegar a um acordo para o impasse (cf. Gois, 2009). É possível que Lula tenha sido aconselhado por seu ex-chanceler, Celso Luiz Nunes Amorim, a manter o compromisso com o Tdl nos moldes de 1973. Amorim já havia manifestado resistências em relação a Itaipu, classificando as propostas paraguaias como "pretensões irrealistas" e deixando claro que o Brasil não pretendia reformar o acordo (Cf. Marin, 2008). Contudo, por diversas razões, como a preocupação brasileira com a imagem perante os observadores regionais e a possibilidade de o Paraguai recorrer a tribunais internacionais para mediar a situação, algumas concessões brasileiras foram feitas, dentre elas:

[a] paridade na gestão, uma auditoria completa a ser realizada pelo Controlador-Geral Paraguaio, uma análise completa da chamada dívida espúria e a conclusão das obras pendentes do lado paraguaio (incluindo as questões-chave de uma subestação seccional e linha de transmissão para Asunción). O Brasil também fez mais concessões, incluindo um aumento nos royalties anuais de US\$ 120 para US\$ 360 milhões (Lambert, 2016, p. 41, tradução nossa).

Alguns pontos avançaram, como obras de infraestrutura, enquanto outros não foram implementados, como eventuais auditorias financeiras – o que pode ser lido como outra vitória do Itamaraty. Essas conquistas foram amplamente comemoradas pelos paraguaios. No entanto, com a deposição de Lugo em 2012 e o retorno do Partido Colorado ao poder, as pautas conquistadas foram minimizadas, e a relação entre o Paraguai e o Brasil voltou a ser "baseada na conformidade" (Lambert, 2016, p. 44, tradução nossa).

Considerações Finais

Com base no exposto, elaboramos algumas considerações. Em primeiro lugar, as análises geoeconômicas se revelam úteis para enxergarmos formas de conquista além da geopolítica ou das guerras clássicas. A distinção entre os dois campos pode ser delineada por suas diferenças: a geoeconomia envolve movimentos discretos em vez de ações ostensivas; busca a acomodação seletiva

em vez do confronto generalizado e a percepção da existência de uma iniciativa geoeconômica é menor do que de uma ação geopolítica (cf. Wigell; Vihma, 2016).

Em segundo lugar, a geoeconomia como campo de estudo está possivelmente sendo redescoberta: há a impressão de que o volume de estudos geoeconômicos publicados na década de 2010 é maior do que os publicados nas décadas de 1990 e 2000. No Brasil, acreditamos que o tema tenha sido introduzido por Vesentini (2000[2021]), mas o autor não realiza grandes sistematizações, apenas uma breve apresentação da ideia luttwakiana.

Em terceiro lugar, uma das várias utilidades da geoeconomia é observar as movimentações de países hegemônicos em determinadas regiões do globo. O Brasil, por exemplo, exerce certo grau de hegemonia no subcontinente em que está inserido, agindo de maneira geoeconômica. Além das relações entre Brasil e Paraguai, outras situações podem ser estudadas, como a presença de grandes empresas brasileiras (empreiteiras, petrolíferas, frigoríficos, entre outras) em diversas regiões da América do Sul e do "Sul Global" como um todo.

Em quarto lugar, nas escolas de pensamento dos autores que estudam as relações internacionais, Luttwak é posto como um realista clássico. Ademais, ele pode ser comparado a Henry Alfred Kissinger, finado político, diplomata e geopolítico americano:

[...] Mas entre o 'gigante da História', como lhe chamou o sempre pomposo Macron, ou o 'mentiroso compulsivo' que o neoconservador Edward Luttwak assegura que foi Kissinger, 'quase sempre por uma boa causa' [...], fico-me com a tese de Luttwak, não só porque trabalhou na mesma Administração, mas porque ele próprio, ao reproduzir na sua vida uma boa parte do perfil de Kissinger, saberá bem do que fala (Loff, 2023, s/p).

Dito isso, é interessante observar as novas abordagens que muitos estudiosos conferem à geoeconomia. Embora seja possível que Luttwak não concordasse com as proposições críticas acrescentadas aos debates geoeconômicos, reconhecemos que, ao mesmo tempo em que algo se perde, algo também se ganha quando surgem novas formas de leituras geoeconômicas.

Em quinto lugar, o oposto também pode ser observado, ou seja, ações geoeconômicas realizadas contra o Brasil. Exemplos podem incluir o protecionismo europeu contra itens agrícolas produzidos em solo nacional, as barreiras alfandegárias dos EUA contra a produção de aço brasileira, entre outros.

Em sexto lugar, o caso de Itaipu não se encerrou em 2009. Em 2011, a imprensa paraguaia replicou parte de uma matéria publicada pela imprensa argentina (cf. Pignotti, 2011), levantando questões relativas ao pagamento de propinas para o stronato e a recusa brasileira em abrir arquivos secretos sobre o tema. Em 2019, um escândalo envolvendo o governo do ex-presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, o ex-presidente do Paraguai, o colorado Mario Abdo Benítez, e uma minuta envolvendo cobranças extras de Itaipu pela parte brasileira, quase resultou no impedimento do paraguaio (cf. ABC Color, 2011). Em 2023, abriu-se mais um capítulo dessa relação: a renegociação dos valores presentes no Anexo C, e provavelmente essa será a pauta mais importante para a sociedade paraguaia nos próximos anos.

Finalmente, a renegociação do Anexo C do Tdl deve gerar ganhos para os paraguaios. A questão que permanece é qual será o novo preço de venda do excedente energético para o Brasil. Logicamente, o Brasil não é mais tão dependente do excedente paraguaio como era em outros tempos, apesar de consumir uma boa parte da metade paraguaia. O Brasil desenvolveu outras fontes energéticas, como termelétricas e outras hidrelétricas, logo, dificilmente os brasileiros ficarão no escuro de um dia para o outro. No entanto, esse excedente ainda está presente na matriz brasileira. O cenário mais provável é que o preço do excedente paraguaio sofra algum tipo de acréscimo, mas não ao ponto de inviabilizar a compra brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABC COLOR. Itaipú solamente pudo haber firmado un dictador corrupto. **ABC COLOR**, Asunción (PAR), s/a, s/v, s/e, 2 mar. 2008a. Política, s/p. Disp.: <<https://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/itaipu-solamente-pudo-haber-firmado-un-dictador-corrupto-1048501.html>>. Acs.: 21 nov. 2023.
- ABC COLOR. "Itaipú fue la traición más grande" afirma el humanista Martín Almada. **ABC COLOR**, Asunción (PAR), s/a, s/v, s/e, 11 mar. 2008b. Política, s/p. Disp.: <<https://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/itaipu-fue-la-traicion-mas-grande-afirma-el-humanista-martin-almada-1050539.html>>. Acs.: 21 nov. 2023.
- ABC COLOR, Stroessner recibió coima para firmar Itaipú, dicen. **ABC COLOR**, Asunción (PAR), s/a, s/v, s/e, 27 dez. 2008c. Política, s/p. Disp.: <<https://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/stroessner-recibio-coima-para-firmar-itaipu-dicen-1133379.html>>. Acs.: 3 dez. 2023.
- ABC COLOR. Borrador de contratación tampoco preveía beneficios para el Paraguay. **ABC COLOR**, Asunción (PAR), s/a, s/v, s/e, 6 ago. 2011. Economía, s/p. Disp.: <<https://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/2019/08/06/borrador-de-contratacion-tampoco-preveia-beneficios-para-el-paraguay/>>. Acs.: 05 nov. 2023.

ARDITI, B.. **Adiós a Stroessner**: La reconstrucción de la política en el Paraguay. 1. ed. Asunción (PAR): RP ediciones, 1992. 224 p.

ASOCIACIÓN NACIONAL REPUBLICANA. **Líderes del Partido**: Aldredo Stroessner. Partido Colorado. S/D. Disp.: <<https://www.anr.org.py/el-partido/lideres-del-partido/alfredo-stroessner/>>. Acs.: 04 dez. 2023.

BERNAL-MEZA, R. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília (BRA), v. 45, ed. 1, p. 36 - 71, 2002. Disp.: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000100002>>. Acs.: 4 nov. 2023.

BLANC, J. Itaipu's Forgotten History: The 1965 Brazil – Paraguay Border Crisis and the New Geopolitics of the Southern Cone. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge (GBR), v. 50, ed. 2, p. 383 - 409, 2017. Disp.: <<https://doi.org/10.1017/S0022216X17000049>>. Acs.: 21 nov. 2023.

BORGES, V.; AYRES, M.. CAF offers \$600 mln in counter-guarantees for Brazilian exports to Argentina -ministers. **Reuters**, London (GBR), s/a, s/v, s/e, 28 ago. 2023. World, s/p. Disp.: <<https://www.reuters.com/world/americas/caf-offers-600-mln-counter-guarantees-brazilian-exports-argentina-ministers-2023-08-28/>>. Acs.: 8 nov. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 23, de 31 de maio de 1973. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 5249, 31 maio 1973.

CANDEAS, A. W.. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília (BRA), v. 48, Ed. 1, p. 178 - 213, 2005. Disp.: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000100007>>. Acs.: 11 out. 2023.

CENTENERA, M.. Argentina agota las reservas del Banco Central mientras negocia contrarreloj con el FMI. **El País**, Madrid (ESP), s/a, s/v, s/e, 17 jul. 2023. Argentina, s/p. Disp.: <<https://elpais.com/argentina/2023-07-17/argentina-agota-las-reservas-del-banco-central-mientras-negocia-contrarreloj-con-el-fmi.html>>. Acs.: 28 nov. 2023.

GOIS, C.. Brasil e Paraguai não conseguem chegar a acordo sobre Itaipu. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo (BRA), s/a, s/v, s/e, 8 maio 2009. Economia, s/p. Disp.: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-paraguai-nao-conseguem-chegar-acordo-sobre-itaipu-3167856>>. Acs.: 9 dez. 2023.

CHILD, J. Pensamiento geopolítico y cuatro conflictos en Sudamerica. **Revista De Ciencia Política**, Santiago (CHL), v. 3, ed. 1, p. 71 – 104, 1981. Disp.: <<https://ojs.uc.cl/index.php/rcp/article/view/6336>>. Acs.: 4 nov. 2023.

COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. **Brazilian Journal of Political Economy**, London (UK), v. 41, ed. 1, p. 22 - 48, 2009. Disp.: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2008.00654.x>>. Acs.: 4 nov. 2023.

COSTA, W. M. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. **L'Espace Politique**, Paris (FRA), v. 1, ed. 31, p. s/p, 2017. Disp.: <<https://doi.org/10.4000/espacepolitique.4132>>. Acs.: 4 nov. 2023.

DASQUIÉ, G.. **Secrètes affaires**: les services secrets infiltrant les entreprises. 1. ed. Paris (FRA): Flammarion, 1999. 323 p. ISBN 2-08-067608-3.

DÁVALOS, H. R. La Operacion Sagarana. **ABC COLOR**, Asunción (PAR), s/a, s/v, s/e, 17 out. 2021. Cultural, s/p. Disp.: <<https://www.abc.com.py/edicion-impresa/suplementos/cultural/2021/10/17/la-operacion-sagarana/>>. Acs.: 21 nov. 2023.

DEGANS, A.. La guerre économique à l'ombre de la crise: le cas français. **L'Espace politique**, Paris (FRA), v. 1, ed. 34, p. 134 – 143, 2018. Disp.: <<https://doi.org/10.4000/espacepolitique.4698>>. Acs.: 1 nov. 2023.

DIEGUEZ, C.. O ralo. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro (RJ), s/a, s/v, n. 109, out. 2015, s/p. Disp.: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-ralo/>>. Acs.: 28 nov. 2023.

DORATIOTO, F. F. M.. **Maldita Guerra**: Nova história da Guerra do Paraguai. 1. ed. São Paulo (BRA): Companhia das Letras, 2002. 664 p. ISBN 9786559212866.

FIGUEIREDO, F. N.. As relações com o Paraguai são maiores que Stroessner, presidente. **Gazeta do Povo**, Paraná (BRA), s/a, s/v, s/e, 28 fev. 2019. Vozes, s/p. Disp.: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/filipe-figueiredo/as-relacoes-com-o-paraguai-sao-maiores-que-stroessner-presidente/>>. Acs.: 3 dez. 2023.

FOLCH, Christine. **Hydropolitics**: The Itaipu Dam, Sovereignty, and the Engineering of Modern South America. 1. ed. New Jersey (USA): Princeton University Press, 2019. 250 p. ISBN 9780691186597.

GARCIA, M. G. P.. O que faz o BNDES? **Valor Econômico** [versão impressa], São Paulo (BRA), s/a, s/v, s/e, 8 jul. 2011. Opinião, s/p. Disp.: <<https://www.econ.puc-rio.br/mgarcia/Artigos/Artigos%20Valor/110708%20Marcio%20Garcia.pdf>>. Acs.: 28 nov. 2023.

GRASLAND, Emmanuel. Benzène: la crise qui a mis Perrier au tapis. **Les Echos**, Paris (FRA), s/a, s/v, s/e, 24 fev. 2016. s/c, s/p. Disp.: <<https://www.lesechos.fr/2016/02/benzene-la-crise-qui-a-mis-perrier-au-tapis-1110255>>. Acs.: 6 dez. 2023.

HEINSFELD, A.. Argentina x Chile: Fronteira e corrida armamentista no Cone Sul no final do século XIX. **História**: debates e tendências, Minas Gerais (BRA), v. 19, n. 2019, n. 3, p. 531 – 548, 2019. Disp.: <<https://doi.org/10.5335/hdtv.3n.19.9882>>. Acs.: 1 nov. 2023.

HERKEN, J. C. Desarrollo capitalista, expansión brasilera y condiciones del proceso político en el Paraguay. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires (ARG), ano s/a, ed. 17, p. 44 - 62, 1975. Disp.: <https://static.nuso.org/media/articles/downloads/158_1.pdf>. Acs.: 21 nov. 2023.

JAEGER, B. C.; BRITES, P. V. P.. Geoeconomics in the light of International Political Economy: a theoretical discussion. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo (SP), v. 40, ed. 1, p. 22 - 36, 2020. Disp.: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572020-2982>>. Acs.: 4 nov. 2023.

LAMBERT, P.. The Regime of Alfredo Stroessner. In: LAMBERT, P.; NICKSON, A.. **The Transition to Democracy in Paraguay**. 1. ed. London (UK): Palgrave Macmillan, 1997. v. 1, cap. 1, p. 3 – 23. Disp.: <https://doi.org/10.1007/978-1-349-25767-6_1>. Acs.: 5 dez. 2023.

LAMBERT, P. The Myth of the Good Neighbour: Paraguay's Uneasy Relationship with Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, Oxford (UK), v. 35, ed. 1, p. 34 - 48, 2016. Disp.: <<https://doi.org/10.1111/blar.12410>>. Acs.: 21 nov. 2023.

LLAMOSAS, C.. Energy security and capabilities in asymmetrical settings: An analysis of the effects of the Itaipú transboundary dam. **Energy for Sustainable Development**, New Delhi (IND), v. 74, ed. 3, p. 269 - 284, 2023. Disp.: <<https://doi.org/10.1016/j.esd.2023.04.009>>. Acs.: 2 dez. 2023.

LE MONDE. Une affaire encore largement inexplicée. **Le Monde**, Paris (FRA), s/a, s/v, s/e, 11 ago. 2001. s/c, s/p. Disp.: <https://www.lemonde.fr/archives/article/2001/08/11/une-affaire-encore-largement-inexpliquee_4197730_1819218.html>. Acs.: 1 nov. 2023.

LOFF, M.. Kissinger, o mais amado dos criminosos de guerra. **Público**, Lisboa (POR), s/a, s/v, s/e, 2 dez. 2023. Opinião, s/p. Disp.: <<https://www.publico.pt/2023/12/02/opiniao/opiniao/kissinger-amado-criminosos-guerra-2072293>>. Acs.: 5 dez. 2023.

LUTTWAK, E. N. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, Washington (USA), n. 20, p. 17 – 23, 1990. Disp.: <<https://www.jstor.org/stable/42894676>>. Acs.: 5 jun 2023.

MARIN, D. C.. Amorim: Brasil rejeita perdoar dívida do Paraguai. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo (BRA), s/a, s/v, s/e, 9 dez. 2008. Economia, s/p. Disp.: <<https://www.estadao.com.br/economia/amorim-brasil-rejeita-perdoar-divida-do-paraguai/>>. Acs.: 9 dez. 2023.

MATTLIN, M.; WIGELL, M.. Geoeconomics in the context of restive regional powers. **Asia Europe Journal**, Glasgow (UK), v. 14, ed. 2, p. 125 – 134, 2015. Disp.: <<https://doi.org/10.1007/s10308-015-0443-9>>. Acs.: 31 out. 2023.

MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Ola Financiera**, Ciudad de Mexico (MEX), v. 4, ed. 10, p. 71 – 104, 2011[1977]. Disp.: <<https://ojs.uc.cl/index.php/rcp/article/view/6336>>. Acs.: 4 nov. 2023.

NEWNHAM, R.. Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool. **Journal of Eurasian Studies**, Seoul (KOR), v. 2, ed. 2, p. 134 - 143, 2011. Disp.: <<https://doi.org/10.1016/j.euras.2011.03.004>>. Acs.: 7 out. 2023.

NIEBIESKIKWIAT, N.. Alberto Fernández viajará este martes a Brasília en busca de ayuda de Lula da Silva. **Clarín**, Buenos Aires (ARG), s/a, s/v, s/e, 28 abr. 2023. Política, s/p. Disp.: <https://www.clarin.com/politica/alberto-fernandez-viajara-martes-brasilia-busca-ayuda-lula-da-silva_0_KmxMDCsSLR.html>. Acs.: 8 nov. 2023.

NIEBIESKIKWIAT, N. Alberto Fernández viaja otra vez a Brasil y Lula dijo que trabaja en otra "propuesta" de ayuda. **Clarín**, Buenos Aires (ARG), s/a, s/v, s/e, 23 jun. 2023. Economía, s/p. Disp.: <https://www.clarin.com/economia/alberto-fernandez-viaja-vez-brasil-lula-dijo-trabaja-propuesta-ayuda_0_DCX56bQXYU.html>. Acs.: 8 nov. 2023.

NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner (1954–1989). In: TELESKA, Ignacio (org). **Historia del Paraguay**. 1. ed. Asunción (PAR): Taurus, 2010. cap. 11, p. 265 - 294. ISBN 0192819321.

NICKSON, R. A. The Itaipú Hydro-Electric Project: The Paraguayan Perspective. **Bulletin of Latin American Research**, Oxford (UK), v. 2, ed. 1, p. 1 - 20, 1982. Disp.: <<https://doi.org/10.2307/3338386>>. Acs.: 21 nov. 2023.

NOGUEIRA, T.E. A aplicação da geoeconomia de Luttwak como ferramenta de análise para a invasão da Ucrânia pela Rússia. **Revista de Geografia**, Minas Gerais (BRA), v. 13 n. 2, p. 313 – 332, 2023. Disp.: <<https://doi.org/10.34019/2236-837X.2023.v13.41540>>. Acs.: 1 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. L.. O BNDES como ator das relações exteriores brasileiras durante o governo Lula (2003-2010). **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro (BRA), n. 8, ed. 1, p. 1 - 17, 2016. Disp.: <<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2277>>. Acs.: 28 nov. 2023.

PATRIKARAKOS, D.. Edward Luttwak, the uncontained strategist. **The Spectator**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 5 ago. 2022. Internacional, s/p. Disp.: <<https://thespectator.com/topic/edward-luttwak-uncontained-strategist/>>. Acs.: 5 out. 2023.

PIGNOTTI, D.. Crímenes, secretos y estocadas a Dilma. **Página 12**, Buenos Aires (ARG), s/a, s/v, s/e, 19 jun. 2011. El Mundo, s/p. Disp.: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-170410-2011-06-19.html>>. Acs.: 5 dez. 2023.

ROSEMBERG, J.. “No hago pactos con comunistas”: Milei quiere romper relaciones con China y Brasil en caso de llegar a la Presidencia. **La Nación**, Buenos Aires (ARG), s/a, s/v, s/e, 17 ago. 2023. Política, s/p. Disp.: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/no-hago-pactos->

con-comunistas-milei-quiere-romper-relaciones-con-china-y-brasil-en-caso-de-llegar-a-nid17082023/>. Acs.: 8 nov. 2023.

SCHWARZ, A.. Sir, Perhaps Some Perrier In Your Benzene?. **Forbes**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 23 abr. 2019. s/p. Disp.: <<https://www.forbes.com/sites/alanschwarz/2019/04/23/sir-perhaps-some-perrier-in-your-benzene>>. Acs.: 1 nov. 2023.

SCHOLVIN, S.; MALAMUD, A. Is Brazil a Geoeconomic Node?: Geography, Public Policy, and the Failure of Economic Integration in South America. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo (BRA), v. 14, ed. 2, p. 1 - 39, 2020. Disp.: <<https://doi.org/10.1590/1981-3821202000020004>>. Acs.: 4 nov. 2023.

SPARKE, M. Geopolitical Fears, Geoeconomic Hopes, and the Responsibilities of Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington (USA), v. 97, ed. 2, p. 338 - 349, 2008. Disp.: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2007.00540.x>>. Acs.: 4 nov. 2023.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. S/D. Tree Map (Version 5.0). Disp.: <<https://oec.world/en/>>. Acs.: 2 dez. 2023⁷.

THE WORLD BANK, S/D. GDP (current US\$): Paraguay. Disp.: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2022&locations=PY&start=1965>>. Acs.: 2 dez. 2023.

TOLEDO, S. B.. **Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil**: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu. Orientador: Clodoaldo Bueno. 2015. 204 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP), São Paulo (BRA), 2015. Disp.: <<http://hdl.handle.net/11449/124376>>. Acs.: 2 dez. 2023.

ÚLTIMA HORA, Lula y Lugo alcanzan un histórico acuerdo sobre Itaipú y sobre la integración bilateral. **Última Hora**, Asunción (PAR), s/a, s/v, s/e, 25 jul. 2009. s/c, s/p. Disp.: <<https://www.ultimahora.com/lula-y-lugo-alcanzan-un-historico-acuerdo-itaipu-y-la-integracion-bilateral-n241305>>. Acs.: 9 dez. 2023.

WIGELL, M.. Conceptualizing regional powers' geoeconomic strategies: neo-imperialism, neo-mercantilism, hegemony, and liberal institutionalism. **Asia Europe Journal**, Glasgow (GBR), v. 14, ed. 2, p. 135 -151, 2015. Disp.: <<https://doi.org/10.1007/s10308-015-0442-x>>. Acs.: 15 nov. 2023.

WIGELL, M.; VIHMA, A.. Geopolitics versus Geoeconomics: The case of Russia's geostrategy and it's effects on the EU. **International Affairs**, London (UK), v. 92, ed. 3, p. 605 – 627, 2016. Disp.: <<https://doi.org/10.1111/1468-2346.12600>>. Acs.: 5 jun. 2023.

WIÑAZKI, N.. El plan anti Milei de Massa, los consejos de Lula y radicales, al poder. **El Clarín**, Buenos Aires (ARG), s/a, s/v, s/e, 28 out. 2023. Política, s/p. Disp.: <https://www.clarin.com/politica/plan-anti-milei-massa-consejos-lula-radicales-poder_0_4sGJ8d05s1.html>. Acs.: 28 nov. 2023.

WHIGHAM, T. L.; POTTHAST, B.. The Paraguayan Rosetta Stone: New Insights into the Demographics of the Paraguayan War, 1864–1870. **Latin American Research Review**, Pittsburgh (USA), v. 34, ed. 1, p. 174 - 186, 1999. Disp.: <<https://doi.org/10.1017/S0023879100024341>>. Acs.: 13 jan. 2024.

VESENTINI, J. W.. Novas Geopolíticas. 5. ed. 5. reimpr. São Paulo (SP): Contexto, 2021[2000]. 125 p. ISBN 978-85-7244-151-3.

⁷ As consultas foram feitas para: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Os dados consultados estão compreendidos entre os anos de 2001 a 2021.

VIHMA, A.. Geoeconomic analysis and the limits of critical geopolitics: A new engagement with Edward Luttwak. **Geopolitics**, Worldwide, v. 23, ed. 1, p. 1 – 21, 2017a. Disp.: <<https://doi.org/10.1080/14650045.2017.1302928>>. Acesso em 5 jun 2023.

VIHMA, A. Geoeconomics Defined and Redefined. **Geopolitics**, Worldwide, v. 23, ed. 1, p. 47-49, 2017b. Disp.: <<https://doi.org/10.1080/14650045.2017.1379010>>. Acs.: 4 nov. 2023.

YOUNGS, R. Geo-economic futures. In: MARTININGUI, A.; YOUNGS, R. **Challenges for European Foreign Policy in 2012**: What kind of geo-economic Europe?. Madrid (ESP): Fríde, 2011, p. 13-17. Disp.: <https://www.files.ethz.ch/isn/143630/Challenges_for_European_Foreign_Policy_in_2012.pdf>. Acs.: 1 nov. 2023.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Thiago Esteves Nogueira - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

Luiz Gustavo Meira Barros – Concepção do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 05-04-2024

Aprovado em: 14-09-2024